

BARBALHO, João

* magistrado; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893; sen. PE 1893-1896; min. STF 1897-1906.

João Barbalho Uchoa Cavalcanti nasceu em Serinhaém (PE) no dia 13 de junho de 1846, filho de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de Ana Maurício Wanderley Cavalcanti. Seu pai foi senador do Império, representando a província de Pernambuco, de 1869 a 1899.

Após completar os preparatórios no Ginásio Pernambucano, matriculou-se em 1863 na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1867. No ano seguinte, passou a se dedicar à advocacia forense, até 1872, quando foi nomeado promotor público do Recife, desempenhando funções junto à curadoria-geral de órfãos.

Além do direito, ocupava-se também de temas relativos à educação pública, sendo de seu parecer que a alfabetização das classes baixas era o principal problema a ser enfrentado pelo Império. Assim, em 1873, foi nomeado diretor-geral da Instrução Pública de Pernambuco. Deputado provincial em 1874 e 1875, nessa legislatura apresentou projeto de modificação na orientação pedagógica da província. Permaneceu diretor-geral da Instrução Pública durante 16 anos, e nesse período redigiu seu programa pedagógico, em que defendia para todo o Império modificações na instrução primária e secundária. Foi premiado na exposição pedagógica realizada na Corte em 1883.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado ao Congresso Constituinte, tornando-se um dos parlamentares mais atuantes na condução dos trabalhos que resultaram na Constituição republicana promulgada no dia 24 fevereiro de 1891. Ligado a Deodoro da Fonseca, após a eleição indireta do marechal para a presidência da República em 25 de fevereiro, ocupou as pastas do Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, defendendo, para este último ministério, uma divisão de modo a criar uma pasta exclusiva da Instrução Pública. Por considerar a educação matéria de interesse nacional, afirmou em relatório do ministério, enviado no final de 1891 à presidência, que “na grande República que a cada

momento trazemos para exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, se compreende que o primeiro interesse do Estado consiste em instruir o povo”.

Permaneceu no ministério até a renúncia de Deodoro, em novembro de 1891, e no início do ano seguinte voltou à Câmara dos Deputados. Conforme dispunha a legislação da época, seguiu para o Senado em março de 1893, ocupando vaga decorrente do falecimento do senador José Simeão de Oliveira, que fora eleito senador por Pernambuco para o Congresso Constituinte. No Senado, foi indicado primeiro-secretário em 1896. Em janeiro de 1897, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência da exoneração de Ubaldino do Amaral Fontoura. Permaneceu na corte até abril de 1906, quando foi aposentado. Retirou-se então da vida pública para se dedicar à advocacia.

Atuou ainda no jornalismo político, tendo fundando em Recife o jornal *Tribuna*, periódico de inclinação republicana e abolicionista.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 1909.

Foi casado com Idalina Regueira Costa.

Publicou, entre outras obras, *Instrução pública: estudo sobre o sistema de ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco* (1879) e *Constituição Federal Brasileira: comentários* (1902).

Eduardo Junqueira

FONTES: CAVALCANTI, J. *Relatório*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.